



SENADO FEDERAL

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 49, DE 2003

Acrescenta inciso e dá nova redação ao § 2º do art. 37 da Constituição Federal, para vedar a nomeação de parentes de autoridades para cargos em comissão e funções de confiança.

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte emenda ao texto constitucional:

Art. 1º O art. 37 da Constituição Federal passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 37.

XXII – ressalvadas as nomeações ou designações condicionadas à habilitação em concurso público específico, é vedada a investidura em cargo em comissão de cônjuge, companheiro ou parente por consanguinidade, adoção ou afinidade, até o terceiro grau:

a) do Presidente ou do Vice-Presidente da República, de Ministro de Estado, do Governador, do Vice-Governador ou de Secretário de Estado ou do Distrito Federal, do Prefeito, do Vice-Prefeito ou de Secretário Municipal, no âmbito da administração direta, indireta ou fundacional do respectivo Poder Executivo;

b) de Senador, de Deputado Federal, Estadual ou Distrital ou de Vereador, no âmbito do respectivo Poder Legislativo;

c) de magistrado, no âmbito do respectivo Tribunal;

d) dos membros do Ministério Público da União e dos Estados, no âmbito da respectiva Instituição;

e) de Ministro e de Conselheiro de Tribunal ou Conselho de Contas, no âmbito da respectiva Corte;

f) do Advogado-Geral da União, do Procurador-Geral dos Estados e do Distrito Federal e do Defensor-Geral dos Estados e da União, no âmbito das respectivas Instituições;

g) do presidente, do vice-presidente ou de diretor de autarquia, fundação, empresa pública ou sociedade de economia mista, no âmbito da respectiva entidade.

§ 2º A não-observância do disposto nos incisos II, III e XXII implicará a nulidade do ato e a punição da autoridade responsável por ato de improbidade administrativa, nos termos da lei.

.....(NR)”

Art. 2º Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

Sabemos que, com a redação conferida pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998, o inciso V do art. 37 passou a prever que as funções de confiança, exercidas exclusivamente por servidores ocupantes de cargo efetivo, e os cargos em comissão, a serem preenchidos por servidores de carreira nos casos, condições e percentuais mínimos previstos em lei, destinam-se apenas às atribuições de direção, chefia e assessoramento. No entanto, na forma como está redigido, com a devida vênia, o que está estabelecido é a possibilidade de a lei prever percentuais máximos de imoralidade, pois, a pretexto de prestigiar os servidores da carreira com a exclusividade da nomeação das funções de confiança e um percentual mínimo de cargos em comissão, deixou a porta ainda aberta para o nepotismo.

A observância aos princípios da moralidade e da impessoalidade, em relação ao acesso aos cargos públicos, é

assegurada, por excelência, mediante a realização do concurso público para provimento dos cargos efetivos.

De fato é imprescindível, na administração pública em sentido amplo, a previsão da possibilidade de nomeação por critério exclusivamente subjetivo, pois assim é que o administrador pode recrutar a sua equipe e imprimir as diretrizes que ele entende prioritárias para o atendimento dos interesses públicos. Ocorre que por um fator cultural tal mecanismo é freqüentemente deturpado com vistas à promoção do nepotismo, e não é incomum, lamentavelmente, se ouvir de autoridades do mais alto escalão justificativas para essas nomeações tais como: – Não conheço ninguém mais competente e de melhor confiança do que minha própria esposa. Um verdadeiro absurdo que causa constrangimento para aqueles que primam pela moralidade e ética na administração pública.

Esse o motivo pelo qual se procede às alterações no texto constitucional, para incluir de forma expressa e detalhada a vedação à nomeação para cargos em comissão de parentes dos agentes políticos e dos dirigentes de órgãos e entidades da administração direta e indireta.

Ressalte-se que o caminho do concurso público para ingresso nas carreiras da administração pública permanece, nos termos dos requisitos para preenchimento dos cargos previstos em lei, aberto a todos, inclusive àqueles que detêm algum parentesco com as autoridades citadas na alteração proposta.

É oportuno lembrar que, embora a Constituição Federal não obrigue a realização de concurso público para a investidura em cargos comissionados, também não impede que a nomeação siga critérios objetivos, e há casos isolados de realização de seleção pública para contratação para cargos em comissão e funções de confiança – notadamente os de consultoria e assessoramento.

Observe-se, ainda, que alguns Estados apresentam iniciativas isoladas no sentido desta proposição, podendo ser lembrada a Constituição do Rio Grande do Sul, com a redação dada pela Emenda à Constituição daquele Estado de nº 12, que alterou o art. 20, acrescentando-lhe os §§ 4º e 5º com disposições similares às constantes da proposta que ora se apresenta.

Na Câmara dos Deputados também já tramitaram emendas com redação similar à presente proposta, mas, embora recebendo parecer pela admissibilidade, não lograram aprovação por entraves regimentais. Refiro-me às Propostas de Emendas à Constituição de nº 334, de 1996, do Deputado Aldo Arantes e outros; de nº 558, de 1997, do Deputado Carlos Nelson e outros; e de nº 101, de 1999, do Deputado Padre Roque e outros.

A aprovação da presente Proposta de Emenda Constitucional resultará na efetiva observância aos

princípios da moralidade, da impessoalidade e da isonomia na investidura em cargos em comissão, causa em defesa da qual convocamos os nobres colegas Congressistas.

Sala das Sessões, 24 de junho de 2003. – Senador **Demóstenes Torres – Aelton Freitas – Aloísio Mercadante – Álvaro Dias – Amir Lando – Ana Júlia Carepa – Antero Paes de Barros – Antonio Carlos Valadares – Arthur Virgílio Neto – Augusto Botelho – Duciomar Costa – Edison Lobão – Edurdo Azevedo – Eduardo Suplicy – Efraim Moraes – Eurípedes Camargo – Fátima Cleide – Flávio Arns – Garibaldi Alves – Geraldo Mesquita Júnior – Gilberto Mestrinho – Hélio Costa – Heloísa Helena – Heráclito Fortes – Jefferson Péres – João Alberto Souza – João Capiberibe – Jonas Pinheiro – Jorge Bornhausen – José Agripino – José Jorge – Leomar Quintanilha – Leonel Pavan – Luiz Otávio – Íris Araújo – Marco Maciel – Ney Suassuna – Osmar Dias – Papaléo Paes – Patrícia Saboya Gomes – Paulo Octávio – Paulo Paim – Pedro Simon – Reginaldo Duarte – Renan Calheiros – Roberto Saturnino – Rodolpho Tourinho – Romero Jucá – Sérgio Cabral – Sérgio Zambiasi – Serys Silhessarenko – Sibá Machado – Tião Viana – Valdir Raupp – Valmir Amaral.**

LEGISLAÇÃO CITADA,
ANEXADA PELA SUBSECRETARIA DE ATA
CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA
FEDERATIVA DO BRASIL

Art. 37.* A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:

EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 19, DE 1998*

Modifica o regime e dispõe sobre princípios e normas de Administração Pública, servidores e agentes políticos, controle de despesas e finanças públicas e custeio de atividades a cargo do Distrito Federal e dá outras providências.

CONSTITUIÇÃO ATUALIZADA ATÉ 1º DE JUNHO
DE 2000 RIO GRANDE DO SUL
EMENDA CONSTITUCIONAL
Nº 12, DE 14 DE DEZEMBRO DE 1995

A Mesa da Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, nos termos do inciso X do art. 53 da Constituição do Estado e parágrafo único do art. 200 do Regimento Interno, promulga a seguinte Emenda Constitucional:

Art. 1º O art. 20 da Constituição do Estado fica acrescido dos seguintes parágrafos:

“§ 4º Os cargos em comissão destinam-se à transmissão das diretrizes políticas para a execução administrativas e ao assessoramento.

§ 5º Os cargos em comissão não podem ser ocupados por cônjuges ou companheiros e parentes, consangüíneos, afins ou por adoção, até o segundo grau:

I – do Governador, do Vice-Governador, do Procurador-Geral do Estado, do Defensor Público-Geral do Estado e dos Secretários de Estado, ou titulares de cargos que lhes sejam equiparados no âmbito da administração direta do Poder Executivo;

II – dos Desembargadores e Juízes de 2º grau, no âmbito do Poder Judiciário;

III – dos Deputados Estaduais, no âmbito da Assembléia Legislativa;

IV – dos Procuradores de Justiça, no âmbito da Procuradoria-Geral de Justiça;

V – dos Conselheiros e Auditores Substitutos de Conselheiros, no âmbito do Tribunal de Contas do Estado;

VI – dos Presidentes, Diretores-Gerais, ou titulares de cargos equivalentes, e dos Vice-Presidentes, ou equivalentes, no âmbito da respectiva autarquia, fundação instituída ou mantida pelo Poder Público, empresa pública ou sociedade de economia mista.”

Art. 2º O **caput** do art. 32 da Constituição do Estado passa a ter a seguinte redação:

“Art. 32 – Os cargos em comissão, criados por lei em número e com remuneração certos e com atribuições definidas de direção, chefia ou assessoramento, são de livre nomeação e exoneração, observados os requisitos gerais de provimento em cargos estaduais.”

Art. 3º São revogados os §§ 3º, 4º e 5º do art. 32 da Constituição do Estado.

ADIn nº 1.521-4

Art. 4º Ficam extintos os cargos em comissão que não atendam às disposições do § 4º do art. 20 e do art. 32, **caput**, da Constituição do Estado.

Art. 5º Ficam extintos os provimentos, com a respectiva exoneração, dos cargos em comissão providos em desacordo com as disposições do § 5º do art. 20 da Constituição do Estado.

Art. 6º O Governador do Estado, O Presidente do Tribunal de Justiça e a Mesa da Assembléia Legislativa, no âmbito dos respectivos Poderes, o Procurador-Geral de Justiça e o Presidente do Tribunal de Contas do Estado, no âmbito das suas respectivas instituições, emitirão os atos administrativos declaratórios de atendimento das disposições dos arts. 4º e 5º desta emenda constitucional,

inclusive de extinção de cargos em comissão e de exoneração.

Parágrafo único – O Governador do Estado poderá delegar atribuições para a prática dos atos previstos neste artigo.

Art. 7º Esta emenda constitucional entra em vigor na data de sua publicação, com as seguintes ressalvas:

Alínea **a** do art. 7º alterada pela Emenda Constitucional nº 14, de 26 de março de 1997.

a) o art. 4º entra em vigor vinte e quatro (24) meses após a data de sua publicação.

Redação anterior:

a) o art. 4º entra em vigor cento e oitenta (180) dias após a data de sua publicação.”

b) o art. 5º entra em vigor trinta (30) dias após a data de sua publicação.

Assembléia Legislativa do Estado, em Porto Alegre, 14 de dezembro de 1995. – Deputado **José Otávio Germano** – Presidente, Deputado **Valdir Fraga** – 1º Vice-Presidente, Deputado **Quintiliano Vieira** – 2º Vice-Presidente, Deputado **João Luiz Vargas** – 1º Secretário, Deputado **Edemar Vargas** – 2º Secretário, Deputado **Pepe Vargas** 3º Secretário, Deputado **Francisco Appio** – 4º Secretário.

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 334, DE 1996

(Do Sr. Aldo Arantes e Outros)

Veda a nomeação de parentes de autoridades para cargos em comissão e funções de confiança.

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 558, DE 1997

(Do Sr. Carlos Nelson e outros)

Modifica o art. 37 da Constituição Federal, dispondo sobre o provimento de cargos de comissão.

(Apense-se a Proposta de Emenda a Constituição nº 334, de 1996)

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do art. 60 da Constituição Federal, nos termos do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte Emenda no texto Constitucional:

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 101, DE 1999

(Do Sr. Padre Roque e outros)

Acrescenta o § 11 ao art. 37 da Constituição Federal, vedando a nomeação de parentes de autoridades para cargos em comissão.

(Aperse-se a Proposta de Emenda a Constituição nº 334, de 1996)

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado

Federal, nos termos do art 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte Emenda ao texto constitucional:

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.)

Publicado no **Diário do Senado Federal** de 25-06-2003